

O Que Protege o Consumidor é Emprego e Renda

por Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Associação brasileira da Indústria Têxtil (ABIT)

Por que haveríamos de ceder nosso maior ativo, o mercado interno, a nações que competem deslealmente conosco?

Temos lido vários artigos criticando as ações do governo em defesa da indústria brasileira e as iniciativas e propostas do setor têxtil e de confecção em busca de isonomia concorrencial com seus competidores internacionais.

Também observamos um debate que consideramos excludente: ou de que o País será um grande produtor de bens agrícolas e minerais, ou que caminhamos para ser uma imensa área de serviços. Entretanto, a indústria tem a visão inclusiva de que o Brasil reúne condições para, simultaneamente, ser forte no setor primário, nos serviços e na manufatura.

O País jamais poderá prescindir de sua base industrial. Nações desenvolvidas em crise, como os Estados Unidos, buscam a reindustrialização, pois se deram conta do grande erro que foi transferir suas fábricas.

Outro argumento que temos ouvido é que o consumidor pagará mais caro pelo produto importado em razão de legítimas medidas de defesa comercial. Essa hipótese não tem sustentação na realidade, pois o item que tem puxado a inflação é o preço dos serviços. Ora, não se viaja ao exterior para cortar o cabelo ou frequentar uma academia. Ainda a respeito de preços ao consumidor, a indústria têxtil e de confecção tem contribuído de modo significativo para a estabilidade: de julho/94 até dezembro/11, a inflação acumulada pelo setor, medida pelo IPCA, foi de 166,3%. No mesmo período, o índice geral evoluiu 297%. Os preços do vestuário no Brasil foram os que menos subiram durante todo esse tempo.

A partir de dezembro de 2009, o IBGE passou a divulgar o Índice de Preços do Produtor, medindo a evolução dos valores cobrados pelas indústrias. O que ocorreu foi o seguinte: em 2011, os preços do vestuário por parte da indústria subiram 4,9%. Nesse mesmo período, o acumulado do IPCA do vestuário, medido no varejo, foi de 8,2%.

Observem que esses 8,2% deram-se diante de um crescimento de 40% nas importações físicas de roupas, sendo que uma recorrente justificativa para essas compras no exterior é a de oferecer produtos mais baratos aos brasileiros. Fica claro ser a indústria têxtil e de confecção do Brasil que tem se preocupado com o consumidor.

O setor, quarto maior produtor mundial de vestuário e quinto de têxteis, tem no seu DNA a concorrência. A sociedade pode contar com a sua competência e qualidade como legítimo e majoritário fornecedor de vestuário, cama, mesa, banho, tecidos para decoração e tecnológicos. São mais de 30 mil empresas instaladas no País, disputando o mercado nacional e internacional, empregando cerca de oito milhões de pessoas direta e indiretamente e investindo de modo permanente em máquinas, equipamentos, tecnologia, capacitação e sustentabilidade. Essa indústria, que gera empregos e cuida do poder aquisitivo do consumidor, não demanda favores e nem artificialismos.

O que não pode tolerar é que nos transformemos em meros importadores.

O mundo está em crise e os países em busca de geração de empregos e de colocação de seus excedentes produtivos. Por que haveríamos de ceder nosso maior ativo, o mercado interno, a nações que competem deslealmente conosco? O que ganharemos ao destruir nossa manufatura? É legítimo impor à indústria brasileira desvantagens quanto aos seus concorrentes estrangeiros, via programas estaduais que concedem incentivos ao produto importado?

Aceitaremos que as tarifas de importação consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam neutralizadas por políticas cambiais de países que desvalorizam artificialmente suas moedas? A resposta de nossa sociedade só pode ser um imenso não à desindustrialização.

A agenda de trabalho da ABIT tem dois pilares: resgate da competitividade sistêmica do País e do setor e

a legítima defesa comercial contra países que praticam o dumping cambial, concedem subsídios passíveis de questionamentos na OMC e têm legislações trabalhistas, sociais, ambientais e previdenciárias absolutamente frouxas quando comparadas às existentes no Brasil. Aos arautos da globalização desmedida, em busca de lucros momentâneos, afirmamos: não somos contra o comércio internacional. Porém, se os produtos são globais, os procedimentos de fabricação também devem ser. Nesse contexto, o fator que realmente protege o consumidor é aquele que lhe garante o poder de compra, ou seja, o emprego. Assim, vamos gerar aqui os postos de trabalho que a desindustrialização em curso criará em outros países.